



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003564-56.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional (SSI)

ASSUNTO: Análise – Ata de Registro de Preços nº 55/2023, 56/2023 e nº 57/2023 -
Aquisição de equipamento e acessórios de seguranças - Compra compartilhada – Órgão
gerenciador: TRE-PA - Órgão Partícipe: TRE-RO.

PARECER JURÍDICO Nº 110 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Segurança Institucional (SSI), no qual após planejamento conjunto de compra compartilhada de equipamentos e acessórios de segurança entre alguns Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) para uso dos Agentes da Polícia Judicial, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) realizou licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com utilização do sistema de registro de preço, que culminou nas Atas de Registro de Preço (ARP) nº 55/2023 ([1101104](#)), nº 56/2023 ([1101107](#)) e nº 57/2023 ([1101113](#)).

02. Na Remessa nº 45/2022-PRE/SSI ([0952317](#)), de **07/12/2022**, o chefe da SSI informa a necessidade estruturação de sua seção a fim de atender os atuais normativos referentes a segurança institucional do Poder Judiciário. Notícia, ainda, sobre processo licitatório do TRE-PA para a formação de ARP (sem possibilidade de sua futura adesão) para eventual aquisição dos equipamentos de segurança elencados na referida remessa, bem como a necessidade de expedição de Ofício aquele Regional caso haja interesse deste tribunal de ingressa como órgão participante. Assim, depois de mencionar os benefícios da ARP, solicitou a Diretora-Geral a expedição de ofício ao TRE-PA com manifestação de interesse em participar do procedimento licitatório mencionado.

03. Ouvido o Secretário da SAOFC, o qual se manifestou favoravelmente ao pleito da SSI ([0952931](#)), foi encaminhado ao TRE-PA o Ofício nº 292/2022 – PRES DG ([0953253](#)) ([0953813](#)), de 8/12/2022, comunicando o interesse deste Regional em atuar, na condição de partícipe, do processo licitatório para formação de Ata de Registro de Preço, a ser gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, com a finalidade de aquisição de equipamentos de segurança (armamento portátil, acessórios, coletes balísticos, e munições).

04. Registra-se que este Tribunal, por meio da SSI, participou da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência para contratação em comento, conforme se verifica nos eventos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0978559](#)), ([0978561](#)), ([0990526](#)), ([0990709](#)), ([1018960](#)), que desaguou no seu pedido de ratificação desses documentos ([1019292](#)), formalizada ao órgão gerenciador por meio do Ofício nº 68/2023 – PRES DG ([1019611](#)).

05. Em seguida, o TRE-PA, mediante Ofício nº 2612/2023 – TRE/PRES/DG/GPJ ([1057222](#)), solicitou a Diretora-Geral manifestação quanto ao interesse na participação na ARP, a quantidade estimada para aquisição, o endereço de entrega dos equipamentos e materiais e a concordância com os Termos estabelecidos no ETP e TR produzidos. Assim, no Ofício nº 137/2023/ - PRES/DG/GABDG ([1057455](#)) ([1059123](#)), foram atendidas tais solicitações.

06. Para instrução do feito juntou-se os seguintes documentos ao processo eletrônico:

a) Parecer (ASDG) nº 651 – TRE/PRE/DG/ASDG ([1066157](#)), análise jurídica da Assessoria Jurídica do órgão gerenciador;

b) Despacho nº 2006493/2023 – TRE/PRES/DG/GABDG ([1066159](#)), com a aprovação da minuta do Edital e seus anexos e a autorização de abertura do procedimento licitatório citado;

c) Edital do Pregão Eletrônico SRP do TRE-PA nº 38/2023 ([1101082](#));

d) Publicação do Aviso de Licitação no DOU ([1101086](#));

e) Propostas comerciais das licitantes vencedoras ([1101087](#)) ([1101091](#)) ([1101093](#));

f) Habilitação das licitantes vencedoras ([1101094](#)) ([1101095](#)) ([1101096](#));

g) Termos de Homologação – Pregão Eletrônico SRP do TRE-PA nº 38/2023 ([1101098](#)) ([1101099](#)) ([1101100](#));

h) Publicação do Aviso de Homologação no DOU – Pregão Eletrônico SRP do TRE-PA nº 38/2023 ([1101102](#));

i) ARP nº 55/2023 ([1101104](#)), com compromissária a empresa BRASEPI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

j) ARP nº 56/2023 ([1101107](#)), com compromissária a empresa SIS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA;

k) ARP nº 55/2023 ([1101113](#)), com compromissária a empresa PUMA ARTIGOS DE SEGURANÇA LTDA;

l) divulgação das ARPs citadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1101256](#));

m) Minuta de Contrato ([1160216](#));

n) Estudo Técnico Preliminar - ETP ([1057223](#));

o) Termo de Referência - TR ([1057224](#)).

07. Por conseguinte, o chefe da SSI solicitou ao Secretário da SAOFC a emissão de nota de empenho em favor da empresa SIS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA. – detentora da ARP nº 56/2023 - para aquisição dos equipamentos (referentes aos itens 19 a 24), consoante Solicitação nº 15/2024 – PRES/SSI ([1160218](#)).

08. Por sua vez, a Secretária em substituição da SAOFC, conforme Despacho nº 1035/2024 ([1160350](#)), encaminhou os autos a SECONT e COFC para as providências pertinentes. Contudo, posteriormente, identificou a ausência da instrução processual necessária na efetivação da contratação pretendida, sendo assim, emitiu o Despacho nº 1081/2024 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([1162234](#)), remetendo os autos à COFC para a programação orçamentária e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

09. Em cumprimento, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([1162538](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 9.013,80 (nove mil treze reais e oitenta centavos) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1162607](#)).

10. Desta forma instruídos, os autos vieram, por fim, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

É o necessário relato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

11. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0003564-56.2022.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

12. Por sua vez, no regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade** mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará **controle prévio de legalidade** de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, **adesões a atas de registro de preços**, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

13. Essas disposições referem-se ao controle interno de legalidade dos atos da contratação, realizado pela assessoria jurídica da Administração Pública contratante. O objetivo do controle é avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o ordenamento jurídico vigente. Esse exame prévio visa a evitar ou, ao menos, a reduzir, possíveis questionamentos frente aos órgãos de controle externo ou a eventual constatação posterior de vícios que comprometam o interesse e a finalidade públicos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. A assessoria jurídica deve, então, analisar a legalidade e apoiar a autoridade competente no controle da legitimidade dos atos a serem praticados ou já efetivados, orientando a atuação do gestor. Dessa avaliação deve resultar um parecer jurídico que possibilite ao administrador o conhecimento das variáveis necessárias para a tomada de decisões seguras.

15. Porém, é preciso enfatizar que o parecer jurídico produzido pela Assessoria Jurídica trata apenas de estrito controle de legalidade, de modo que deve se restringir aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, sem adentrar no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que, como regra geral, não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do art. 169 da Lei nº 14.133/2021, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a segunda linha de defesa na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

16. Além disso, há que se ressaltar que o caso em análise possui uma particularidade. Neste processo, a fase de planejamento da contratação é integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Em função disso, documentos produzidos nesta etapa foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TRE-RO, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTICIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna.

17. Tal constatação constitui o entendimento da Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020, que, embora seja a respeito da Lei 8.666/1993, é perfeitamente aplicável a Lei 14.133/2021. Veja-se:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ACESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHE PRESTAM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. [GRIFO NOSSO]

18. Ademais, tal posicionamento da Advocacia-Geral da União mantém a consonância com novel Decreto nº 11.462/2023, que atualmente regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP). O referido decreto determina em seu art. 7º, §4º: “o exame e a aprovação das minutas do edital, dos avisos ou dos instrumentos de contratação direta e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora”.

19. Por isso, torna-se descabida e inoportuna uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. Isso porque os documentos da fase de planejamento, nos quais se incluem a minuta do edital e do contrato, produzidas no processo no qual se deu o Pregão Eletrônico SRP TRE-PA nº 38/2023, foram necessariamente APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, com base nas disposições da Lei nº 14.13/2021 e Decreto nº 11.462/2023, conforme comprovação acostada ao evento ([1066157](#)).

20. Portanto, o presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos, que instruem a fase contratual oriunda da ARP nº 56/2023 ([1101107](#)), previstos no § 6º, do art. 38, da IN TRE-RO nº 04, de 28/3/2023 - regimento interno que institui o regime jurídico da Lei nº 14.133/2023 no âmbito do TRE-RO e estabelece a aplicação de suas regras e procedimentos para as contratações mediante as suas modalidades licitatórias - não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade.

III – ANÁLISE JURÍDICA

21. Como referido na seção anterior, constatado que a fase de planejamento da contratação, assim como os atos do certame foram aprovados pelo órgão gerenciador, ressalta-se que restará a esta unidade jurídica verificar a regular instrução do processo com os documentos listados pelo § 6º, do art. 38, da IN TRE-RO nº 04/2023.

22. O Decreto Federal nº 11.462/2023 define algumas possibilidades para a atuação dos órgãos públicos em registro de preços. Veja-se:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

III - órgão ou entidade gerenciadora - órgão ou entidade da Administração Pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão ou entidade participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão ou entidade não participante - órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal e consolida as demandas previamente indicadas pelos entes federados beneficiados, sem a necessidade de manifestação de interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços- IRP;

VII - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;

[GRIFO NOSSO]

23. No caso em análise, a atuação deste Tribunal pode ser considerada como a de órgão participante em compra capitaneada pelo TRE-PA, em registro de preços para eventual aquisição de **equipamento e acessórios de seguranças**.

24. A condição de “órgão participante” consiste em figurar como participante da ata de registro de preços desde o início da etapa externa do processo licitatório, sendo partícipe, inclusive, no planejamento da demanda indicada no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Vale mencionar, inclusive, que no caso em comento o TRE-RO não se adéqua à condição de “órgão não participante” porque esta se refere à situação na qual o órgão solicitará adesão à ata, pois não participou da fase de planejamento e da licitação ou contratação direta que a originou. O Tribunal também não se adéqua, *in casu*, à condição de “órgão participante em compra nacional” porque esta modalidade de compra é exclusivamente aplicável a convênios firmados entre a União e outros entes federados. Nem se adéqua à condição de ‘órgão participante em compra centralizada, haja vista que o TRE-PA será responsável apenas por todo o processo de licitatório e não terá a incumbência de contratar o bem e, após, transferi-lo aos demais Regionais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Nesse sentido, a IN TRE-RO nº 04/2023 previu a utilização da ata de registro de preços quando o TRE-RO atuasse na condição de participante de contratação compartilhada através do Sistema de Registro de Preços, estabelecendo os elementos necessários à instrução do processo de contratação. Veja-se:

Art. 38 (...)

§ 6º Concluído o certame para formação de SRP com **participação do TRE-RO**, em qualquer das modalidades, a unidade demandante deverá:

I - instruir o processo com os **documentos relacionados no art. 39** desta norma;

II - redigir o **ETP, mapa de gestão de riscos** e, se necessário, os demais documentos da fase de planejamento;

III - solicitar **autorização para a contratação**, oportunidade em que deverá informar a **disponibilidade orçamentária** para o custeio da despesa.

§ 7º A partir da autorização da autoridade, o processo seguirá o trâmite similar às adesões em atas de registros de preços.

26. Primeiramente, é preciso discriminar os documentos exigidos pelo inciso I do dispositivo citado e verificar se foram juntados aos autos. O art. 39 da IN nº 04/2023, no que cabe a situação em comento, determina no seu inciso IV, letra “b”, a juntada de:

I – Cópia da ata de registro de preços e comprovação de sua vigência: ARP nº 56/2023/TRE-PA ([1101107](#)) e comprovação de sua publicação no PNCP ([1101256](#));

II – Cópia do edital e anexos: Edital de Licitação nº 38/2023 ([1101082](#)), Termo de Referência ([1057224](#)) e Minuta do Contrato ([1160216](#)).

27. Consta-se que houve a devida instrução processual com a documentação necessária extraída do processo licitatório realizada pelo órgão gerenciador. Assim, esta condição está preenchida.

28. Continuando na verificação dos requisitos definidos pelos § 6º do art. 38 da IN TRE-RO nº 04/2023, o ETP - imposto pelo inc. II - está presente no evento 1057223. É importante consignar que sua elaboração foi feita conjuntamente com órgão gerenciador e, por meio do Ofício nº 137/2023 – PRES/DG/GABDG ([1057455](#)), o TRE-RO expressou a concordância com ETP mencionado, bem como afirmou “a plena observância dos requisitos de compatibilidade do Estudo técnico Preliminar com a solução necessária ao atendimento das demandas deste órgão.

29. Veja-se que o Mapa de Gestão de Risco também listado pelo inciso II, § 6º, art. 38, da IN aludida, **não** foi elaborado pelo órgão gerenciador na fase de planejamento. Embora neste Tribunal o referido documento seja exigido pela IN TRE-RO nº 04/2023 para todas as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações mediante licitação, certamente a matéria é disciplinada de forma distinta pelo TRE-PA. Em função disso, o requisito pode ser superado. Contudo, caso a SSI entenda necessário identificar e tratar os eventuais riscos da fase de execução do contrato - haja vista que já superada as fases anteriores do planejamento e seleção do fornecedor - poderá fazê-lo observando as diretrizes contidas no art. 9º da referida norma local, se possível, previamente à assinatura do termo de contrato.

30. Sobre este inciso, destaca-se, ainda, que não houve o Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação (DFD) elaborado pela unidade demandante nos moldes do Anexo I da IN mencionada. Todavia, ele pode ser suprido pela Remessa nº 45/2022 – PRE/SSI, pois nela está presente as principais informações elencadas no art. 5º da IN TRE-RO nº 04/23, sendo possível identificar a necessidade da contratação pretendida. Inclusive, a DG ([0952846](#)) e SAOFC ([0952931](#)) de forma implícita validaram esta forma de iniciar o processo de contratação neste regional. Quanto ao Termo de Referência (TR), como já dito, está presente nos autos e foi elaborado conjuntamente com o órgão gerenciador.

31. Por fim, os dois últimos requisitos para a contratação pretendida contidos no inciso III do art. 38, da IN TRE-RO nº 04/23 estão preenchidos, uma vez que a unidade demandante requereu autorização para a contratação mediante solicitação nº 15/2024 - PRE/SSI ([1160218](#)) e a programação orçamentária da despesa no exercício de 2024 ([1162607](#)).

32. Desta forma, conclui-se que a contratação pretendida poderá ser realizada, caso a autoridade competente assim delibere.

33. Sobre o procedimento especial que seria cumprido pelo TRE-RO como órgão participante no caso em tela, verifica-se que o Decreto nº 11.462/2023, consoante sua análise, não indica um procedimento exato a ser seguido pelo órgão participante, mas apenas aponta quais serão as suas obrigações e responsabilidades em relação à contratação. Veja-se:

Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

b) da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega;

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º;

VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e

X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

(...)

§1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

(...)

Art. 34. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

(...)

34. Nessa linha, é possível definir que as competências do órgão participante listadas pelo nos artigos citados, em suma, são estas:

a) manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico;

b) garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

c) manifestar, junto ao órgão gerenciador sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou contratação direta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições

e) aplicar penalidades decorrentes do descumprimento da ARP ou do contrato por ele firmados.

35. Antes de tudo, entretanto é preciso ressaltar certa peculiaridade do presente caso: o próprio órgão gerenciador (TRE-PA) foi que comunicou, por meio contato telefônico entre as unidades de segurança institucional dos TREs citados, sobre a abertura de procedimento para a realização de aquisição de equipamentos e acessórios de segurança com intuito de estruturar estas unidades.

36. Ainda, não se afere nos autos documentos sobre o registro e divulgação de IRP para contratação *sub examine* pelo TRE-PA, impossibilitando afirmar se este procedimento foi realizado por meio do sistema. No entanto, houve, por parte deste Regional, manifestação expressa de adesão a participação da SRP formado por meio do PE nº 38/2023 do TRE-PA, consoante ofícios juntados ([0953253](#)) ([1057222](#)) e ([1057455](#)). Apesar de convite e a comprovação de seu aceite juntados não terem ocorridos por intermédio do mecanismo eletrônico estipulado pelo decreto, entende-se que objetivo de publicização preconizado pela norma foi preservado, pois ele possibilitou a divulgação e participação de diversos TREs da fase de planejamento da contratação compartilhada, potencializando maior economia de escala - pode se averiguar na ARP nº 56/2023 - ainda, pode-se afirmar que houve redução no custo processual em razão de haver apenas uma licitação em vez de várias.

37. Por meio Ofício nº 2612/2023 – TRE/PRE/DG/GPJ ([1101107](#)), o TRE-PA realizou solicitação de indicação do quantitativo de materiais a serem contratados pelo TRE-RO, cuja resposta encontra-se acostada ao ofício de evento 1057455.

38. Por isso, verificando a Ata de Registro de Preços nº 56/2023, constata-se que as competências indicadas em “a”, “b” e “c” já foram devidamente exauridas, mesmo que por iniciativa do órgão gerenciador. Dessa forma, agora cabe ao TRE-RO apenas a verificação das normas constantes na Ata de Registro de Preços e na minuta de contrato, presentes como Anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2023 – TSE ([1160216](#)), para que possa cumprir adequadamente com a fiscalização e execução contratuais.

39. É importante salientar que poderá a Administração utilizar-se da Ata de Registro de Preços nº 56/2023 por um período de até 1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(um) ano de sua publicação no PNCP, ocorrida em 14/12/2023 ([1101256](#)), nos termos do art. 22, do Decreto nº 11.462/2023. Além disso, tal validade poderá ser prorrogada pelo órgão gerenciador, de acordo com as disposições da ARP em comento.

40. Em arremate, cabe salientar que, nos termos do inc. IX do art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

IV – CONCLUSÃO

41. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui nos seguintes termos:

I - Conquanto o art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 estipule o controle prévio de legalidade dos documentos da fase de preparatória das contratações pela Assessoria Jurídica do órgão, trata-se de contratação mediante registro de preços em que o TRE-RO atua apenas como órgão participante, motivo pelo qual a fase de planejamento da contratação foi integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Regional Eleitoral de Pará. Em função disso, tais documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do referido órgão, nos termos do art. 7º, §4º, do Decreto nº 11.463/2023, **não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTICIPE, situação do TRE-RO no SRP.** Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna, consoante a Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020;

II - O processo encontra-se instruído com todas as informações e documentos exigíveis para as contratações oriundas da participação deste Tribunal em registro de preços conduzido pelo TRE-PA, em harmonia com as regras art. 38, §6º da IN TRE-RO nº 04/2023 e com as disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o SRP instituído pela Lei nº 14.133/2021;

II - Em função disso, pela possibilidade jurídica das aquisições pretendidas dos itens registrados para este órgão participante na ARP nº 56/2023, oriunda do Pregão Eletrônico SRP TRE-PA nº 38/2023, gerenciada pelo TRE-PA, que tem como compromissária a pessoa jurídica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SIS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 29.926.189/0001-20, com fundamento na nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 14.462/2023 e na IN TRE-RO nº 04/2023.

i. Conforme já apontado no **tópico 9 deste opinativo**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à disponibilidade orçamentária no exercício de 2023 e comprovação da sua programação ([1162607](#)).

42. Quanto a minuta do contrato produzidas no âmbito do PE SRP TRE-PA nº 38/2023, este instrumento está APROVADO pela assessoria jurídica do órgão gerenciado, nos termos do § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.462/2023 c/c art. 53, caput, da Lei 14.133/2021. Logo, como anunciado nos tópicos 11 a 20 deste parecer, estará dispensado o controle de legalidade desta minuta por esta Assessoria Jurídica. Nesse sentido: Orientação Normativa AGU nº 64/2020.

i. Caso autorizada a contratação, deverá ser celebrado contrato com a compromissária com idêntico teor do instrumento estabelecido pelo órgão gerenciador. **Importante registrar que, previamente à assinatura do contrato, deverá vir ao processo a comprovação da regularidade mínima da adjudicatária para contratar com a Administração Pública.**

ii. em relação à execução do contrato e a inexistência de Mapa de Gestão de risco, a SSI deverá observar a orientação contida no item 29 deste parecer.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 20/05/2024, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 20/05/2024, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1167020** e o código CRC **821604B0**.